

SEMINÁRIOS CATÓLICOS: “ESCOLAS CRISTÃS MODELARES”

Altamiro Antônio Kretzer *

RESUMO: Este artigo pretende discutir a influência das escolas católicas (mais especificamente os seminários católicos, tomando como exemplo o Seminário Menor Metropolitano de Brusque, mais conhecido como Seminário de Azambuja) que, ao formarem cidadãos “íntegros, cristãos autênticos” e, conseqüentemente, lares cristãos, deveriam funcionar como uma instituição que contribui de “maneira extraordinária para uma sociedade mais cristã, para um mundo mais segundo o coração de Deus”. Pretende-se, portanto, através deste artigo, demonstrar como a escola católica era (e é), um importante instrumento da Igreja, e também do Estado nos momentos em que este se une à Igreja Católica, na construção e/ou manutenção de um determinado tipo de sociedade, uma vez que a religião permeia nossa existência, que as instituições religiosas ajudam e, às vezes, determinam um saber e criam identidades sociais específicas.

PALVRAS-CHAVE: Igreja Católica, Educação, Seminários católicos.

ABSTRACT: This article will discuss the influence of catholic schools (more specifically the catholic seminars, taking as example the Seminário Menor Metropolitano de Brusque, better known as Seminário de Azambuja) that, while form citizens "of integrity, authentic christians" and therefore christian homes, should function as an institutions that help in an extraordinary way for a better chrhstian society, for a world more alike the heart of God". It aspires, therefore, through this article, to demonstrate how the catholic school was (and is) an important instrument of the Church, and also of the state at the time in which the State joins to the Catholic Church for construction and/or maintenance of a certain type of society, so that, how we know, religion permeates our existence, that the religious institutions help and, sometimes, provide the knowledge and create specifics social identities.

KEY-WORDS: Catholic Church, Education, Catholics Seminars.

“Espera-se que a escola católica execute essa missão: dar à Igreja nacional, diocesana alguns líderes de primeiro plano e de projeção apostólica que exercerão considerável influência na sociedade e marcarão as estruturas com sua ação cristã. Homens que serão capazes de criar uma mentalidade, de formar ou orientar correntes de opinião pública, etc.”¹

A religião encontra-se inserida em nossa realidade mais do que possamos imaginar. Esta afirmação está presente em vários estudos a respeito do “despertar religioso”² contidos nas obras de autores consagrados como Stefano Martelli, Gianni Vattimo, Jacques Derrida, Rafael Díaz-Salazar, entre outros. Kepel Gilles, em sua obra *A revanche de Deus*, afirma, por exemplo, que a década de 1960 teria sido marcada por um “afrouxamento dos vínculos entre a religião e os fiéis”, o que teria levado muitas

* Altamiro Antônio Kretzer é doutorando em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

¹ MARINS, Pe. José. *A escola em missão*. São Paulo, 1962. p. 99.

² MARTELLI, Stefano (org.) *A religião na sociedade pós-moderna*. São Paulo: Paulinas, 1995, p. 415.

religiões a buscarem uma adaptação aos novos valores da sociedade de então. Na Igreja Católica este *aggiornamento* teria sido buscado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). No entanto, teriam também surgido “fenômenos semelhantes no mundo protestante e até no mundo muçulmano, onde se tratou de ‘modernizar o islamismo’”.³ O mesmo Kepel afirma, porém, que ao final da década de 1970, “um novo discurso religioso tomou forma, não mais para se adaptar aos valores seculares, e sim para voltar a dar uma base sagrada à organização da sociedade, modificando-a, se preciso. Não se tratava mais de *aggiornamento* (modernização), e sim de uma ‘segunda evangelização da Igreja’”.⁴ A partir de então, “do Cairo ou de Argel a Praga, dos evangélicos americanos aos fanáticos de Gush Emunim⁵, dos militantes islamitas aos católicos carismáticos”⁶ inúmeras formas de renovação religiosa vêm sendo implantadas nas últimas décadas em várias religiões.

Além disto, independente da existência ou não deste “despertar religioso”, há de se convir que difícil será fazer-se uma análise de qualquer estrutura social e histórica sem nos debruçarmos sobre a influência do religioso, e também das instituições de ensino, tendo em vista que a religião permeia nossa existência, queiramos ou não, que as instituições religiosas ajudam e, às vezes, determinam um saber e criam identidades sociais específicas⁷, e a educação é ferramenta importante no processo de manutenção ou contestação de valores das sociedades nas diferentes épocas. Ademais, observa-se um intenso empenho de historiadores, sociólogos, psicólogos e pedagogos em tornar mais lúcida a relação entre sistemas educacionais constituídos e as instituições político-religiosas.

Um exemplo desta vertente de estudo encontramos no livro *A fabricação escolar das elites* de Norberto Dallabrida. Com referência à Primeira República, na capital catarinense, este autor afirma que

Houve uma série de investimentos políticos colocados em marcha por uma rede capilar de instituições disciplinares e pelo Estado

³ GILLES, Kepel. *A revanche de Deus*. São Paulo: Siciliano, 1991. p. 12.

⁴ Ibidem.

⁵ Gush Emunim, movimento ultranacionalista que reivindica direitos judaicos sobre Israel histórico (promovendo assentamentos na Judéia e Samaria) e que entra em atividade no ano de 1974.

⁶ GILLES, Kepel. Op. Cit. p. 12.

⁷ Aqui não se pretende, de forma alguma, afirmar que são elementos exclusivos de análise, mas que exercem assaz influência.

oligárquico, que objetivavam produzir uma população disciplinada, saudável e produtiva. Nesta conjunção de acumulação de novos sujeitos demandados pelo nascente capitalismo, as igrejas cristãs – católica, luterana, presbiteriana e talvez outras – configuraram-se como eficientes instituições disciplinares, especialmente pelo fato de criarem diversificadas associações educativas e escolares que muito concorriam para a regulação social.⁸

Observa-se aqui uma relação de interesses e trocas entre as instituições Igreja Católica e Estado oligárquico da chamada República Velha (1889-1930). E, nesta relação de interesses convergentes, outra instituição mostra-se importante: a escola. Neste aspecto, Igreja Católica e Estado brasileiro terão, em certos momentos, um mesmo norte e noutros disputas de interesses e projetos. Esta relação de unicidade ou diversidade é visível ao analisarmos documentos da Igreja Católica relativos à questão educacional.⁹

A Igreja mostra-se envolvida na educação brasileira desde os mais tenros anos coloniais. Segundo D. Cândido Padin, “todo o início da formação da sociedade brasileira, desde os tempos da Colônia, contou com o pioneirismo da ação da Igreja no campo da educação”.¹⁰ A história da educação brasileira, segundo o mesmo D. Cândido, estaria quase que monopolizada pela Igreja até, pelo menos, o Segundo Reinado, pois “só no governo de D. Pedro II e, a partir da República, o Estado assume a função de criar escolas para a sociedade em geral”.¹¹ Não que o Estado tenha, a partir de então, universalizado o acesso da população ao ensino público, pois, na Primeira República, por exemplo, “não havia uma rede de escolas públicas respeitável, e a que existia voltava-se para o atendimento das classes mais favorecidas economicamente”.¹² Mas

⁸ DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. p. 62.

⁹ A título de exemplo do empenho e preocupação da Igreja Católica com a questão educacional segue-se uma série de citações de documentos produzidos principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, período em que se atém esta pesquisa: *Gravissimum Educationes*, Declaração do Concílio Vaticano II sobre a Educação Cristã. Roma, 28 de outubro de 1965.; *Os católicos e a educação na América Latina*, CELAM, 1969; *La escuela católica em la sociedad pluralista*, Sagrada Congregação para a Educação Católica, Roma, 1972; *Alocução de Paulo VI aos participantes do IX Congresso Internacional da Organização Internacional do Ensino Católico*, L'Osservatore Romano, 23 de junho de 1974; *Conclusões do Seminário sobre Teologia da Educação*, CNBB-AEC, 1972. In.: Comunicado Mensal da CNBB, nº 236.; *Para uma pastoral da educação*. Estudos da CNBB, nº 41, 1986.; *Igreja e educação: perspectivas*. Estudos da CNBB, nº 6, 1981.

¹⁰ PADIN, D. Cândido. A presença educativa da Igreja na sociedade brasileira hoje: perspectivas. In.: Educação: exigências cristãs. *Estudos da CNBB*, nº 63, p. 7, 1992.

¹¹ Ibidem.

¹² GHIRALDELLI Jr., Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 27.

mesmo nestes períodos as instituições educacionais religiosas continuarão a ter papel destacado e, não poucas vezes, financiadas, ao menos em parte, pelo Estado. Esta ligação de parcial dependência em relação ao Estado fazia, muitas vezes, com que a educação das escolas católicas não estimulasse o questionamento da realidade, mas sim reproduzisse as estruturas da sociedade. Eram escolas, na sua maioria, voltadas para as classes mais abastadas, uma vez que eram pagas e, desta forma, de difícil acesso aos filhos de famílias mais pobres.

Esta realidade é evidenciada na já citada obra do professor Norberto Dallabrida, *A fabricação escolar das elites*, que analisa o Colégio Catarinense, em Florianópolis, durante a Primeira República. Segundo este autor o “ensino secundário na Primeira República era concebido como um ‘luxo aristocrático’, destinado aos futuros governantes da nação, pois, para a maioria dos intelectuais e políticos da época, a disseminação do ensino primário era suficiente para estabelecer a ‘democracia’ republicana”.¹³

No caso do Colégio Catarinense, o caráter privado excluía “compulsoriamente os filhos das famílias das classes populares, tanto a grande massa de camponeses que residiam no interior do Estado como os trabalhadores e subempregados das cidades catarinenses, que não tinham condições de pagar as altas mensalidades ginasiais”.¹⁴ O número dos alunos provenientes das classes menos abastadas era reduzido, representando “pouco mais de quatro por cento entre os formandos”,¹⁵ grupo este composto basicamente por alunos que recebiam bolsas de estudo do Estado.

Tanto é que, segundo o mesmo Dallabrida, ao longo do século XX passaram pelo Colégio Catarinense “quase a metade dos governadores e interventores do Estado de Santa Catarina, boa parte dos políticos profissionais, administradores de empresas catarinenses e alguns membros do alto clero católico”.¹⁶ Observa-se aqui uma preocupação por parte da Igreja, através dos jesuítas, de educar os futuros chefes políticos e a classe dirigente, de forma mais geral, de modo que os valores cristãos fossem garantidos.

¹³ DALLABRIDA, Norberto. Op. Cit. p. 221.

¹⁴ Ibidem. p. 229.

¹⁵ Ibidem. p. 237.

¹⁶ Ibidem. p. 222.

Esta visão é também compartilhada pelo historiador Dallabrida quando este cita, na já referida obra, trecho de uma correspondência interna dos jesuítas administradores do Colégio Catarinense referindo-se a uma ampliação do prédio do colégio: “O colégio gostaria de chegar a sua conclusão, para realizar cada vez mais a sua grande missão! Pois, como em qualquer lugar, assim também aqui falta em homens dirigentes que conduzem e dominam a vida pública, os princípios da fé garantidos pelo Estado”.¹⁷

Esta preocupação com o tipo de sociedade existente, com o tipo de sociedade que se pretende construir, ou manter, e a importância da educação neste processo está também presente em documentos da Igreja Católica na década de 1960. A realidade é diversa daquela vivida na Primeira República, mas a preocupação é a mesma: formar o homem para formar a sociedade, sociedade cristã. Segundo o Pe. José Marins, que em 1969 era sub-secretário Nacional do Ministério Hierárquico da CNBB, as escolas católicas têm, entre outras funções, a de formar líderes eclesiais e civis. Em seu livro *A escola em missão* afirma que

Nem todos serão líderes. Mas existem líderes. Precisam ser encontrados. Orientados. Formados. Espera-se que a escola católica execute essa missão: dar à Igreja nacional, diocesana alguns líderes de primeiro plano e de projeção apostólica que exercerão considerável influência na sociedade e marcarão as estruturas com sua ação cristã. Homens que serão capazes de criar uma mentalidade, de formar ou orientar correntes de opinião pública, etc.¹⁸

Neste sentido as escolas católicas, ao formarem cidadãos íntegros, cristãos autênticos e, conseqüentemente, lares cristãos, deveriam funcionar como uma instituição que contribui de “maneira extraordinária para uma sociedade mais cristã, para um mundo mais segundo o coração de Deus”.¹⁹ A escola católica era, portanto, um importante instrumento da Igreja, e também do Estado nos momentos em que este se unia à Igreja Católica, na construção e/ou manutenção de um determinado tipo de sociedade.

¹⁷ Ibidem. p. 231.

¹⁸ MARINS, Pe. Op. cit. p. 99.

¹⁹ Ibidem. p. 103.

É importante salientar que a Igreja Católica é aqui entendida como uma instituição social e, como tal, inserida na história, no contexto social, político e econômico de cada momento histórico. Desta forma ela é influenciada por esta sociedade da qual faz parte e, de outro lado, também exerce influência sobre ela, e uma influência não desprezível na maioria das vezes. Não levamos em consideração a possibilidade ou não de uma origem mística ou divina.

Os Seminários católicos: formação da obediência

A Igreja Católica, assim como as instituições sociais de modo geral, sempre foi e sempre será palco de disputas internas, disputas estas relacionadas a diferentes visões a respeito dos rumos, da doutrina, da visão de mundo dos indivíduos que a compõem. Diferenças estas, inclusive, já sentidas nos primórdios do cristianismo. Basta lembrarmos as discussões a respeito da necessidade ou não da circuncisão para os “pagãos” convertidos ao cristianismo que aparecem em alguns trechos dos Atos dos Apóstolos: “Os Apóstolos e os irmãos da Judéia ouviram dizer que também os pagãos haviam recebido a Palavra de Deus. E, quando Pedro subiu a Jerusalém, os fiéis que eram da circuncisão repreenderam-no: ‘Por que entraste em casa de incircuncisos e comeste com eles?’”²⁰ ou ainda:

Alguns homens, descendo da Judéia, puseram-se a ensinar aos irmãos o seguinte: ‘Se não vos circuncidais, segundo o rito de Moisés, não podeis ser salvos’. Originou-se então grande discussão de Paulo e Barnabé com eles, e resolveu-se que estes dois, com alguns outros irmãos, fossem tratar desta questão com os Apóstolos e os anciãos em Jerusalém.²¹

Temos também as diferentes “heresias” surgidas ao longo dos séculos e, de modo mais abrupto, as cisões causadas pelas diferentes visões que deram origem aos cismas da Igreja Católica: o Cisma do Oriente que originou a Igreja Católica Ortodoxa no início do século XI e os movimentos reformistas do século XVI que deram início às chamadas Igrejas Protestantes. Além disso, temos ainda os inúmeros concílios convocados para discutir os mais variados temas e que evidenciaram as disputas e

²⁰ Atos dos Apóstolos cap. 11, versículos 1-3.

²¹ Atos dos Apóstolos cap. 15, versículos 1-2.

divergências internas da Igreja Católica, sendo o mais recente o Concílio Vaticano II, na década de 1960.

Apesar destas disputas internas a “manutenção da coesão ideológica do bloco católico é o objetivo permanente da Igreja”,²² utilizando-se para isso inúmeros mecanismos. Entre eles encontra-se a manutenção permanente da fé. Segundo Gramsci

A religião – ou uma igreja determinada – mantém a sua comunidade de fiéis (dentro de certos limites fixados pelas necessidades do desenvolvimento histórico global) na medida em que mantém permanente e organizadamente a própria fé, repetindo infatigavelmente a sua apologética, lutando sempre e em cada momento contra argumentos similares, e mantendo uma hierarquia de intelectuais que emprestem à fé pelos menos a aparência da dignidade do pensamento.²³

Além deste há também o controle da Igreja Católica sobre os intelectuais cuja obra se proclama abertamente católica. Para Gramsci “o fato já é antigo: tem suas origens no Concílio de Trento e na Contra-Reforma. ‘Escrever’, de então para cá, tornou-se perigoso, particularmente quando se trata de coisas e sentimentos religiosos. Desde então, a Igreja adotou uma dupla medida para determinar a ortodoxia”.²⁴ Segundo Leonardo Boff, teólogo e ex-padre católico, por inúmeras vezes punido pelo Vaticano em razão de seus escritos relacionados à Teologia da Libertação,

Alguém que está sob interrogatório do Vaticano não pode ser convidado pela Igreja, pelas comunidades, pelos bispos, para dar palestras no retiro espiritual. É tolerado que ele dê aula, mas com grande vigilância sobre o que ele ensina. E ele recebe uma vigilância direta sobre as homilias que profere, porque já está sob suspeita. Como padre, tem o direito de celebrar missa e fazer a homilia, mas porque está em processo de ajuizamento ele perde toda a confiabilidade.²⁵

Em maio de 2007 o Brasil foi palco da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, realizada na cidade de Aparecida, em São Paulo, com a

²² PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984. p. 132.

²³ Idem.

²⁴ Idem. p. 136-7.

²⁵ A crítica arrasadora, do Vaticano. A proposta, construtiva, de uma nova Igreja. As idéias do Teólogo brasileiro que fez Roma tremer. Entrevista com Leonardo Boff. *Revista Caros Amigos*. Ano I, número 3, p. 29, junho de 1997.

presença do próprio papa Bento XVI. A redação final do documento desta conferência já é palco de disputas como aponta a notícia citada a seguir.

“Reunidos no último mês em Cuba, clérigos e teólogos de diversas tendências católicas denunciaram que o documento final da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe foi flagrantemente adulterado por seus redatores. Os principais responsáveis seriam ninguém menos do que o então presidente da Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), o cardeal-arcebispo de Santiago do Chile, Francisco Javier Errázuriz Ossa, e o bispo argentino Andrés Stanovnik, secretário-geral da entidade na época da conferência (maio)”.²⁶

Ou ainda a carta endereçada a D. Raymundo Damasceno Assis, Arcebispo de Aparecida e Presidente do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM, enviada pelos participantes do “V Encontro de Ministros Ordenados, Religiosas e Religiosos, Seminaristas e Aspirantes à Vida Religiosa que atuam em CEBs do Regional Sul I da CNBB”

(...) Consideramos sem fundamento ao espírito e à prática das CEBs afirmar, por exemplo, que “as comunidades eclesiais de base cuidarão de não alterar o tesouro precioso da Tradição e do Magistério da Igreja” (n.º 179).

Será que não foi exatamente essa a postura de quem alterou textos aprovados pelo Magistério da Igreja reunida em Conferência?

É lamentável esta contradição!

As Comunidades Eclesiais de Base sempre se mantiveram fiéis ao Evangelho, à Tradição e ao Magistério da Igreja em todos os níveis, às culturas e aos valores dos povos da América Latina e do Caribe. Prova dessa fidelidade evangélica e eclesial é o testemunho martirial de inúmeros irmãos e irmãs ao longo desses anos. (...) ²⁷

Segundo o presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, Carlos Signorelli, “as principais mudanças fazem eco às preocupações do setor mais conservador do clero, ao suavizar as críticas à discriminação da mulher na Igreja, reduzir o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs, base do clero ‘progressista’)

²⁶ A guerra das batinas: Adulteração de documento final de conferência episcopal latino-americana provoca troca de acusações entre religiosos. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/>. Acesso em 31 de agosto de 2007.

²⁷ Carta ao presidente do CELAM. Disponível em Agência de Informação Frei Tito para a América Latina - <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=29010>. Acesso em 16 de novembro de 2007.

e relativizar a chamada ‘opção preferencial pelos pobres’. As mudanças não foram apenas gramaticais ou de redação, mas de conteúdo e de conceitos.”²⁸ Outro entrevistado ligado a CNBB, mas que pediu anonimato, corrobora a opinião de Carlos Signorelli, citando a versão adulterada da “opção preferencial pelos pobres” por uma opção “não excludente nem exclusiva.”²⁹ Na visão do Pe. Agenor Brighenti, ex-diretor e atual professor do ITESC (Instituto Teológico de Santa Catarina) as alterações promovidas no documento final da conferência “tiram o brilho do encontro”.³⁰

Estas disputas comprovam que “a Igreja não é um bloco homogêneo”, pois “abriga diferentes concepções-modelos de *Igreja*, produzindo, assim, diferentes imaginários sociais e, conseqüentemente, diferentes identidades”.³¹

Os seminários católicos são instituídos justamente para buscar manter esta tão sonhada homogeneidade no clero. Os seminários também fazem parte, portanto, dos mecanismos que buscam a “manutenção da coesão ideológica do bloco católico”.

Dirijamos então nossa memória aos séculos passados para lembrarmos o contexto histórico em que se deu a criação dos Seminários na Igreja Católica. Voltemos ao ano de 1545, ano em que teve início o Concílio de Trento (1545-1563), em meio à efervescência do movimento da chamada Reforma Religiosa e da Contra Reforma Católica. Convocado pelo papa Paulo III e continuado durante os papados de Júlio III, Marcelo II, Paulo IV e Pio V, este Concílio foi responsável, entre outras, pela criação e organização dos Seminários como local privilegiado e instrumento de formação dos futuros sacerdotes da Igreja Católica, pela manutenção do celibato clerical e pela reafirmação da hierarquia eclesiástica. O objetivo da criação dos seminários, segundo os documentos conciliares, era garantir uma melhor formação dos sacerdotes através de uma educação que estimulasse a disciplina eclesiástica tornando-se, assim, uma sementeira perene de ministros de Deus.

Os seminários são instituídos, portanto, dentro de uma realidade bastante específica: a Contra-Reforma ou Reforma Católica, ocorrida durante os pontificados de

²⁸ A guerra das batinas. Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

³¹ COUTINHO, Sérgio Ricardo. História recente do catolicismo no Brasil: identidades em confronto. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 37, Ano 19, nº 1, p. 94, 2004.

Paulo III (1534-1539), de Paulo IV (1555-1559), Pio V (1566-1572) e Sisto V (1585-1590). Este é, portanto, um momento em que a Igreja Católica via sua autoridade e influência política serem afetadas “não somente pelo absolutismo dos monarcas e as exigências do incipiente estamento administrativo, mas também pelas divergências e dissidências que surgem em seu próprio seio”.³²

Diante desta realidade a Igreja Católica irá adotar uma série de ações para reverter, ou ao menos controlar, este quadro. Dentre estas ações interessa-nos mais as ações e práticas relacionadas à educação e, sobretudo, à criação dos Seminários, local específico para a educação de jovens e crianças que deverão converter-se em pastores da Igreja nesta nova fase de sua história.

Os Seminários surgem, então, numa realidade bastante adversa para o Catolicismo, num momento em que a Igreja Romana sofria sucessivas críticas e contestações que levaram, em termos institucionais, à segunda ruptura do catolicismo (a primeira ruptura havia ocorrido nos primórdios do século XI, em 1054, com a formação da Igreja Ortodoxa no episódio histórico conhecido como Cisma do Oriente).

Levando-se em consideração que significativa parcela das críticas tinha sua origem no interior da própria Igreja (temos como exemplos mais famosos os dois reformadores do século XVI, Martinho Lutero que era frade da Ordem dos Agostinianos e Calvino, jovem católico, formado em Teologia e filho de Girard Cauvin, um funcionário do bispado de Lyon, que se convertera ao luteranismo ³³) fazia-se necessário criar mecanismos que garantissem um clero em que as doutrinas do Magistério da Igreja tivessem uma ressonância mais afinada.

Os seminários surgem, por isso, com o objetivo de melhor formar os “ministros de Deus”, surgem como instrumentos para doutrinar de forma mais consistente os futuros sacerdotes. Nos dizeres de Pierre Pierrard a “praga do clero do século XVI era a ignorância. (...) Uma condição essencial da reforma clerical, portanto, era uma sólida formação intelectual e espiritual dos futuros pastores – conseqüentemente, dos futuros

³² VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, nº 6, p. 70. 1992.

³³ Seu nome de batismo era *Jean Cauvin*. A transposição do nome "Cauvin" para o Latim deu a origem ao nome "Calvin" pelo qual ele é conhecido. Calvino foi inicialmente um humanista. Nunca foi ordenado padre, embora tenha estudado para tal. Após se ter tornado protestante, este intelectual começa a ser visto gradualmente como a voz do movimento protestante, orando em igrejas e acabando por ser reconhecido por muitos como "padre". [online] Disponível na internet via <http://pt.wikipedia.org>. Arquivo capturado em 17 de novembro de 2004.

bispos – nos seminários e nas universidades”.³⁴ Para tanto se fazia necessário o investimento na “criança” e no “adolescente”, categorias ainda não muito bem definidas no início da Era Moderna, mas criadas e caracterizadas ao longo deste período.

Segundo André Petitat “a criança deixa de ser o ‘homenzinho’ da Idade Média, e torna-se um ser fraco que é preciso subtrair às influências perniciosas, mediante sua submissão a uma contínua supervisão”.³⁵ Idéia semelhante é defendida por Julia Varela quando afirma que os “indivíduos de tenra idade” convertem-se em “um dos alvos privilegiados de assimilação” das ortodoxias católica e protestante, pois “os jovens de hoje são os futuros católicos e protestantes de amanhã, e, além disso, sua própria fragilidade biológica e seu incipiente processo de socialização fazem-nos especialmente aptos para serem objeto de inculcação e de moralização”.³⁶

Também como consequência do processo de transformação gerado pela Reforma e Contra-Reforma surge a Companhia de Jesus (também conhecida como Sociedade de Jesus ou Ordem dos Jesuítas). Esta ordem religiosa criada em 1534 pelo militar espanhol Inácio de Loyola e reconhecida oficialmente pelo papa Paulo III em 1540 passará a ter grande influência nos rumos da Igreja Católica. Criada inicialmente com o objetivo de combater a expansão do protestantismo, a Companhia de Jesus aos poucos passa a destacar-se no campo educacional. “Entre 1551 e 1556, nasceu, então, o tipo de colégio jesuítico que se espalharia pela Europa, América e Ásia, e que alcançaria o número de mais de meio milhar de estabelecimentos em 1750”.³⁷ Nestes colégios os

professores deviam concentrar sua atenção ‘em moldar a alma plástica da juventude no serviço e no amor de Deus’, de tal modo que os alunos aprendessem, ‘com as letras, também os costumes dignos de um cristão’. Além disso, esse ‘apostolado pelo ensino’, como o denomina o jesuíta François de Dainville, não deixava de constituir uma estratégia católica diante do avanço protestante e, embora fosse direcionado para as elites, não excluía o ingresso de filhos talentosos das camadas mais humildes, em função de sua gratuidade.³⁸

³⁴ PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. p. 190.

³⁵ PETITAT, André. *Produção da escola – produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 77.

³⁶ VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. Op. Cit. p. 70.

³⁷ NEVES, Guilherme Pereira das. A modernidade nas aulas dos jesuítas. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, ano I, nº 10, p. 82, agosto de 2004.

³⁸ Idem.

Assim sendo, os “soldados da Igreja”, como eram também chamados os padres jesuítas, passarão a exercer forte influência no processo de educação católica daí em diante.

Quando os jesuítas promoveram um projeto político próprio criaram as reduções. Quando sentiram a necessidade de socializar seus noviços criaram os colégios. Posteriormente generalizaram os colégios para a educação dos filhos de família e o Concílio de Trento (1545-1563) se inspirou na pedagogia jesuítica para a criação de seminários de formação de clérigos. Tanto os colégios como as reduções compartilham uma lógica própria das instituições totais analisadas por Goffman, ou em outras palavras, secularizaram e articularam em uma nova funcionalidade os poderes taumatúrgicos do espaço fechado do convento. Hierarquia férrea, recolhimento, meditação, silêncio, disciplina, amor ao trabalho, ordem, planificação, organização, obediência, distribuição das tarefas no espaço e no tempo, oração prêmios e castigos, quadros de honra, emulação, individualização, foram os recursos que converteram as missões em um terreno pedagógico e os colégios em uma terra de missão.³⁹

Segundo Dallabrida “a Companhia de Jesus (...) conseguiu combinar em uma configuração específica uma estranha mescla de tradição e modernidade”.⁴⁰ A *Ratio Studiorum* expressava esta mescla aparentemente contraditória ao defender de um lado a obediência cega aos superiores e o papado e de outro a defesa do humanismo cristão, do espírito empreendedor, o cultivo das ciências e da arte através do constante incentivo ao estudo. Na visão de Guilherme Pereira das Neves, professor da Universidade Federal Fluminense,

o *Ratio* não constitui um tratado pedagógico, pois não traz críticas a escolas rivais, nem aos procedimentos de ensino então em voga; muito menos, considerações filosóficas e declarações de princípios. Na realidade, tendo sido redigido por professores para outros professores, limita-se a expor os métodos a adotar, todos experimentados na prática. Isso, ele faz por meio de regras concisas, divididas pelas diversas funções exercidas nos colégios, de modo a garantir a coordenação entre os agentes envolvidos na formação do aluno, fazendo do mestre o guia de um caminho já previamente

³⁹ DALLABRIDA, Norberto. Op. Cit . p. 16.

⁴⁰ Ibidem.

traçado. Apesar disso, foi em torno dessas orientações gerais, mas precisas, que o colégio jesuítico anunciou a modernidade.⁴¹

Muitas destas características estarão presentes também nos seminários, uma vez que estes surgem, como já foi afirmado, inspirados em grande medida na pedagogia da ordem de Inácio de Loyola.

No Brasil, os seminários só tiveram origem por volta do início do século XVIII, após o 1º Sínodo Brasileiro, ocorrido em Salvador, Bahia (1707).⁴² Nesta fase praticamente todos os seminários estavam sob os cuidados da Companhia de Jesus. Segundo o historiador Kenneth Serbin, no Brasil, a Contra-Reforma só teria ocorrido efetivamente após a implantação dos seminários diocesanos, na segunda metade do século XIX.

Com os seminários, os bispos esperavam transformar os clérigos mundanos, politizados e sexualmente ativos em um quadro de pastores socialmente superiores, essencialmente apolíticos e moralmente irrepreensíveis. (...) Com esse objetivo, a Igreja isolou os seminaristas dos pretensos perigos do mundo exterior e impôs o controle sobre seu comportamento espiritual, físico e emocional.⁴³

Em Santa Catarina, a primeira tentativa de criação de um seminário diocesano teria sido na cidade de Blumenau, no ano de 1879. A iniciativa teria sido do Pe. Alberto Maria Jakobs que, em 16 de janeiro de 1877, havia criado uma Escola Paroquial, com o nome de ‘Colégio São Paulo’. Mais tarde, em 1919, o vigário de São Ludgero, Pe. José Sundrup, ajudado pelo Pe. Humberto Ohters, inaugura um “seminário”, na verdade uma casa, que abrigava 7 meninos vocacionados para o sacerdotes. Todas estas experiências fracassaram. Mas com a criação da Diocese de Florianópolis, em 1908, intensifica-se o desejo de erguer um seminário para a formação do clero secular catarinense. E, assim, no dia 11 de fevereiro de 1927, mesmo ano em que o Bispado de Florianópolis é alçado para o status de Arcebispado e seu bispo, D. Joaquim Domingues de Oliveira, para o

⁴¹ NEVES, Guilherme Pereira das. Op. Cit. p. 82.

⁴² BESEN, José Artulino. *Seminário de Azambuja: 1927-2002*. Florianópolis: Colaboradores – AESA, 2002. p. 13.

⁴³ SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 29.

cargo de Arcebispo, é anunciada a criação do Seminário Menor Arquidiocesano Nossa Senhora de Lourdes, em Azambuja, Brusque.⁴⁴

Segundo Serbin, a partir do início do Segundo Reinado, a Igreja Católica passou a agir de maneira mais intensa para “reformatar o voluntarioso clero brasileiro”.

Os bispos conservadores pró-Roma estabeleceram sua autoridade e promoveram a distinta identidade social do clero como um corpo coletivo unificado. (...) A seu ver, o Brasil precisava de ministros que professassem lealdade à instituição, purificassem a religião popular e pregassem a moralidade católica. A chave era a educação. Os bispos substituíram a aleatória formação clerical pelo seminário tridentino, gradualmente padronizado, que enfatizava a ortodoxia doutrinária, a obediência hierárquica e o rigor intelectual e espiritual. A disciplina governava o sistema, e o celibato era seu ideal.⁴⁵

A partir de então o número de seminários no Brasil aumentou espantosamente, de poucas dezenas no início do Segundo Reinado para pouco mais de seis centenas às vésperas do Concílio Vaticano II, em 1962. Período este denominado pelo papa Pio XII de “século de ouro” dos seminários.⁴⁶ É justamente neste contexto e dentro destas expectativas que foi criado o Seminário de Azambuja.

Segundo documentos do Concílio Vaticano II “toda vida responde a uma vocação”, todo cristão é chamado a uma vocação pelo batismo. No entanto, quando utilizamos neste trabalho o conceito “vacionado”, estamos nos referindo especificamente aos “vocacionados” ao sacerdócio ministerial, jovens ou adultos que, segundo a Igreja, demonstram interesse e condições para exercerem a função de sacerdotes na estrutura eclesial e hierárquica da Igreja Católica. Seminarista é o indivíduo que, sentindo-se chamado por Deus e aceito pela Igreja, passa pelo processo de formação e amadurecimento de sua vocação nos seminários que, do ponto de vista da Igreja Católica pós-Concílio Vaticano II, são entendidos como “comunidade de formação, que se devem empenhar em preparar presbíteros do tempo integral e que,

⁴⁴ KRETZER, Altamiro Antônio. Formação sacerdotal, Seminário e práticas disciplinadoras. In. SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (orgs.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008. p. 239.

⁴⁵ SERBIN, Kenneth P. Op. cit. p. 78.

⁴⁶ *Ibidem*.

livremente, assumem, também, de maneira adulta, sua disponibilidade plena pelo celibato”.⁴⁷

Os Seminários católicos: formação de sacerdotes e líderes cristãos...

Referindo-se à educação católica, Pe. José Marins afirma que “os seminários devem ser as melhores escolas católicas”,⁴⁸ pois dos que lá estudam, na melhor das hipóteses, uns 20 % são ordenados sacerdotes. Os outros 80% que passaram por estas “escolas modelares” e que não se tornaram sacerdotes deveriam ser cristãos autênticos, líderes cristãos na sociedade. E, diante disto, questiona: “Com quantos deles podemos contar?”⁴⁹ (sic).

Os seminários católicos, regulados por grande disciplina, buscavam moldar a alma e o corpo dos jovens seminaristas para que se tornassem sacerdotes obedientes e celibatários. Os inúmeros seminários espalhados por todo o país formaram milhares de homens e “se tornaram uma das mais importantes instituições educacionais no Brasil”.⁵⁰

Para exemplificar os seminários católicos como um espaço privilegiado da educação católica, analisaremos alguns aspectos do Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes ou, como é conhecido popularmente, Seminário de Azambuja, localizado no vale de Azambuja, no município de Brusque, Santa Catarina. Este seminário já formou, desde sua fundação em 1927, mais de 2100 estudantes. Mais de 200 destes foram ordenados sacerdotes, alguns destes sacerdotes foram sagrados bispos. Muitos dos não ordenados acabaram por seguir o magistério nos mais variados níveis, outros passaram a ocupar cargos políticos ou a exercerem as mais diferentes profissões liberais. A educação recebida no Seminário de Azambuja, os valores aí repassados influenciaram e influenciam a ação destes indivíduos na sua inserção social.

Jacques Verger, na introdução de sua obra *Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente*, obra que versa sobre a cultura erudita da Europa dos séculos XII e XIII e analisa a escola urbana e a universidade no século XIII, afirma que não se pode ater-se a

⁴⁷ Vocações eclesíásticas e Seminários. In.: XI Assembléia do Episcopado Brasileiro: Documentação Pastoral de Brasília. *Revista SEDOC*, julho de 1970. p. 81.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ SERBIN, Kenneth P. Op. cit. p. 11.

uma simples história da instituição escolar, pois “a escola não representa normalmente um meio estável. É, salvo para uma pequena minoria, um lugar de passagem, ao mesmo tempo que uma encruzilhada de influências rivais. A escola é, de fato, uma problemática para a qual convergem as ambições dos estudantes (e de suas famílias), as exigências da Igreja e do príncipe, as expectativas e às vezes os temores da sociedade que a cerca”.⁵¹ Verger afirma ainda ser necessário contextualizar a história do ensino buscando entender “em que a cultura divulgada pela escola expressa precisamente a relação dialética entre ela e a sociedade que a cerca”.⁵² Assim, ao analisarmos o Seminário de Azambuja (que funcionava num sistema de internato), é necessário que tenhamos clara esta relação dialética entre as formas, os mecanismos, os discursos utilizados no processo de formação dos futuros, ou possíveis futuros sacerdotes e o contexto social e político de então.

O período a que nos prendemos prioritariamente corresponde às décadas de 1960 a 1980. Período emblemático em que ocorrem profundas mudanças na Igreja Católica, como o Concílio Vaticano II que falava em diálogo, que propunha abertura e *aggiornamento* da Igreja; período que corresponde também a uma séria crise da Igreja Católica: de um lado aqueles que gostariam de levar o Vaticano II a mudanças mais profundas e estruturais; de outro os que tinham posições mais “conservadoras” em relação às possibilidades de transformações. Debate este que exercerá grande influência sobre a América Latina, resultando, por exemplo, no surgimento da Teologia da Libertação, nos pronunciamentos de Medellín (1968), entre outros.

Evidentemente que este fervilhar de idéias se fará sentir também na Igreja brasileira e, conseqüentemente, no Seminário de Azambuja. Estas mudanças afetaram o processo de formação no Seminário de Azambuja, o processo de confecção do sujeito “seminarista”. O Seminário de Azambuja, como uma instituição disciplinar, vive, nas décadas de 1960 e seguintes, um período de transformações, de adequações às técnicas mais “suaves” de controle e construção do sujeito. Um processo de “mitigação das penas” marcado, por exemplo, pela passagem da *Ratio Studiorum* jesuítica (que tem o

⁵¹ VERGER, Jacques. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 13.

⁵² *Ibidem*.

corpo como principal objeto de ação) para a *Ratio Fundamentalis*⁵³ do Vaticano II (que passa a agir mais sobre a alma). O início da segunda metade do século XX também é marcado, em especial nas escolas católicas formais, por um “questionamento quanto ao ensino tradicional. A educação do tipo jesuítico, que vinha sendo utilizada desde a colonização do país, já não se mostrava adequada às novas situações”.⁵⁴

Além disto, este período também marca, no Brasil, a instituição de um regime de exceção, a Ditadura Militar (1964-1985), que é, em grande parte, resultado da disputa entre setores mais conservadores da sociedade brasileira, avessos a possibilidade de mudanças mais profundas acenadas pelo governo de João Goulart, e setores mais progressistas, muitos destes ligados a setores da esquerda política de então e defensores de mudanças mais intensas no campo político, social e econômico. Assim, do mesmo modo que a sociedade brasileira, e também a sociedade latino-americana que se via envolta em sucessivos golpes militares, a “Igreja vivia um processo de disputa, uma luta entre grupos mais ligados à conservação, os tradicionais aliados das classes dominantes, e os grupos ligados à idéia de transformação (mais ou menos radical) da sociedade”.⁵⁵

Segundo Foucault, do século XVII ao início do século XX, a sociedade disciplinar caracterizou-se por um investimento denso, rígido, constante e meticuloso do poder sobre o corpo. Este investimento teria resultado em regimes disciplinares intensos nas escolas, hospitais, no exército, nas cidades, nas famílias, e em tantos outros ambientes. Porém, segundo Foucault, a partir da década de 1960

percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar outras formas...⁵⁶

Sabemos que a realidade desnudada sobre o Seminário de Azambuja nas décadas de 1960 a 1980 e todo o emaranhado de particularidades que compõem o próprio Seminário é, em parte, também reflexo das transformações ocorridas neste período (a

⁵³ “*Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*”, documento da Sagrada Congregação para a Educação Católica, que contém as diretrizes básicas da formação sacerdotal pós-Concílio Vaticano II.

⁵⁴ GANDIN, Luis Armando. *Educação Libertadora*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 86.

⁵⁵ Ibidem. p. 13.

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 147-148.

Ditadura Militar, o Concílio Vaticano II, os movimentos contestatórios das décadas de 1960 e 1970, por exemplo). Mas é certo também que o Seminário de Azambuja teve alguma influência nas transformações sociais e políticas de seu tempo, uma vez que a partir de sua criação passou a formar o futuro clero catarinense. Sem contar os inúmeros “ex-vocacionados”, jovens que não foram “abençoados” como “ministros de Deus”, mas que foram obviamente marcados pela formação que tiveram ao longo dos anos que permaneceram em Azambuja.

Inúmeros ex-alunos de Azambuja alcançaram projeção social, seja nos quadros eclesiásticos, seja nos quadros leigos. Em 1975, no encontro da AESA (Associação dos Ex-Alunos de Azambuja), foram lembrados alguns nomes.

D. Afonso Niehues, DD. Arcebispo Metropolitano de Florianópolis; D. Gregório Warmeling, Bispo de Joinville; D. Wilson Laus Schmitt, Bispo Tit., residente em Florianópolis; D. Tito Buss, Bispo de Rio do Sul; D. Pedro Filiperck, Bispo de Jacarezinho (PR); Mons. Valentim Loch, Vigário Geral da Arquidiocese de Florianópolis; Mons. Baleslau Smielesk, Vigário Geral de Tubarão; Côn. Raulino Reitz, Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Dr. Romeu Junckes, Juiz de Direito de Rio do Sul; Dr. Arno Schmidt, Promotor Público de Laguna; Professor Ignácio Ricken, Reitor da FURB; Dr. João Paulo Rodrigues, Presidente do IPESC – Florianópolis; Professor Antenor Napolini; Dr. Eduardo Tavares, administrador da CNEC de Florianópolis.⁵⁷

Bispos, advogados, cientistas, juízes de direito, promotores de justiça, professores nos vários níveis. Estas são algumas das áreas de influências de ex-seminaristas de Azambuja. Áreas que, evidentemente, foram afetadas pelos valores apreendidos por estes ex-alunos no período em que estiveram no Seminário de Azambuja. Luiz Ernandes Kozicki, seminarista do rito ucraniano que estudou em Azambuja entre 1963 e 1968, afirma que a formação no Seminário deu-lhe “significativa base intelectual no sentido de enfrentar desafios atuais, como Editor Chefe de uma revista científica chamada ARCHIVES OF VETERINARY SCIENCE. Isto porque as diretrizes recebidas enquanto colegial, proporcionaram-lhe a necessária

⁵⁷ Encontro da AESA. *Revista A ESPERANÇA*, Ano 22, nº 2, 1975. p. 10. Arquivo de A ESPERANÇA. Seminário de Azambuja, Brusque, SC.

auto-confiança e conhecimentos (...).⁵⁸ Mais adiante conclui seu depoimento: “Sinto hoje que a vivência daquela época, verdadeiramente preparou-me para as funções de cidadania, que exerço na vida civil e com boa dose de relevância e eficiência”.⁵⁹ Este reconhecimento da influência do Seminário de Azambuja na formação intelectual é comum a boa parte dos ex-alunos.

Ao longo da formação dos seminaristas insistia-se com grande frequência que o estudo deveria ser levado à sério, pois “o operário trabalha oito horas por dia. O trabalho aqui é estudar. (...) Sou pago para estudar”.⁶⁰ O amor aos estudos e a capacidade intelectual eram importantes características para quem desejava ser padre. E esta exigência não era característica exclusiva do Seminário de Azambuja. Isto fica evidenciado, por exemplo, numa carta do reitor do Seminário de São Ludgero, Pe. Alfredo Junkes, ao pai de um seminarista, comunicando-lhe que a seu filho faltam “certas qualidades sacerdotais” e, por isso, “não convém absolutamente que ele continue” no Seminário.⁶¹ Esta preocupação com a formação intelectual do seminarista também aparece no Diário do Reitor do Seminário de Azambuja quando este afirma que “O Sr. Arcebispo não se tem cansado de insistir em quase todos os contatos mantidos conosco na importância de preparar bem os alunos intelectualmente”.⁶²

É por conta desta intensa formação intelectual que boa parte dos ex-seminaristas de Azambuja, principalmente enquanto o acesso a universidades era extremamente difícil para a maioria dos brasileiros, acabaram por tornar-se numa espécie de “elite intelectual”, formadora de opinião. Em muitas universidades são encontrados ex-alunos de Azambuja na função de professores e/ou pesquisadores. Além disto, muitos ex-seminaristas acabaram por abraçar a carreira política, tornando-se, principalmente, vereadores ou prefeitos em suas respectivas cidades de origem. Este caráter de centro formador de uma “elite intelectual” do Seminário de Azambuja é reconhecido em alguns depoimentos de ex-seminaristas. Waltamir Kulkamp, seminarista em Azambuja entre 1964-1970, por exemplo, afirma que o “seminário sempre foi um centro de

⁵⁸ Depoimento de *Luiz Ernandes Kozicki*, interno do Seminário de Azambuja entre 1963 e 1968. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 183.

⁵⁹ *Ibidem*. p. 184.

⁶⁰ Normas e Orientações. Mimeografado, vigente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC. p. 07.

⁶¹ Carta endereçada ao pai de um seminarista por parte do Reitor do Seminário de São Ludgero, Pe. Alfredo Junkes, datada de 05 de dezembro de 1956. Arquivo pessoal do autor.

⁶² Diário do Reitor. Livro Tombo II, 1970-1987. p. 05. Seminário de Azambuja, Brusque Santa Catarina.

referência, não só em assuntos eclesiais, mas também em matéria educacional, principalmente na área de ciências humanas, letras, artes etc... Vários ex-alunos hoje são escritores, músicos, formadores de opinião, com certa liderança na Igreja e na sociedade”.⁶³ O mesmo reconhecimento fica evidenciado no depoimento do ex-seminarista João Bosco Zimmermann, que estudou em Azambuja entre 1960-1966.

O Seminário fez de mim um professor com uma boa cultura, bom preparo profissional, que se sente realizado diante da vida, e que jamais vai se lembrar do passado com mal estar, mas com saudade e com certa vaidade. Foi bom, o seminário me ajudou na minha vida. A maior marca deixada em mim foi a responsabilidade. Fui professor durante 35 anos, estou aposentado pelo Estado do Paraná, e continuo como mestre da Banda Municipal, justamente o que mais gosto de fazer: Música. Era uma das atividades preferidas no Seminário. Estou aqui hoje porque passei por lá.⁶⁴

Nesta mesma linha está o depoimento de César Ronchi: “O seminário foi o responsável pelo que sou até hoje. Estudos/educação/respeito/iniciativa, etc.”⁶⁵ (sic), e o depoimento de Carlos Alberto Espíndola que reconhece que muitas das habilidades adquiridas no Seminário distinguem o seminarista dos demais: “Percebo sim que das muitas coisas que nos fizeram treinar, encaramos hoje com certa normalidade, enquanto o pessoal que não estudou no seminário, se debate um pouco”.⁶⁶

A preocupação com a formação intelectual do seminarista explica-se, em parte, pelo desejo da Igreja em formar sacerdotes aptos a agir sobre o mundo moderno, mundo este em processo de constantes transformações, onde o conhecimento e a ciência possuem cada vez mais força e importância. Preocupação esta expressa em documento do Regional Sul 3⁶⁷ reunida entre os dias 25 e 27 de março de 1969 na casa de Retiros Manresa de Porto Alegre. Segundo o documento, estavam presentes “8 bispos e os 16 membros do Conselho Regional de Presbíteros, 2 delegados ‘ad hoc’ de cada diocese do

⁶³ Entrevista com *Waltamir Kulkamp*, seminarista em Azambuja entre 1964 e 1970. Recebida por e-mail em 09 de junho de 2005 em miro.k@ig.com.br.

⁶⁴ Entrevista com *João Bosco Zimmermann*, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em mirokretzer@ibestvip.com.br.

⁶⁵ Entrevista com *César Ronchi*, seminarista em Azambuja entre 1965 e 1970. Recebida por e-mail em 29 de abril de 2005 em mirokretzer@ibestvip.com.br.

⁶⁶ Entrevista com *Carlos Alberto Espíndola*, seminarista em Azambuja entre 1969 e 1975. Recebida por e-mail em 21 de dezembro de 2004 em prof.altamiro13123@ig.com.br.

⁶⁷ Em 1969 Santa Catarina fazia parte do Regional Sul 3 que congregava também o estado do Rio Grande do Sul. Não havia ainda o Regional Sul 4.

Sul III, a Coordenação Regional da CNBB e da CRB, 5 peritos especialmente convidados, com finalidade de estudar a situação do clero nesta região e buscar perspectivas de ação neste campo”.⁶⁸ Entre as constatações e conclusões deste documento podemos destacar algumas que nos interessam. A respeito das mudanças “rápidas e profundas vividas pelo mundo atual” afirma-se que se observa a “tendência a uma diminuição da autoridade do Padre nos campos que não lhe dizem respeito, tendência esta mais acentuada nos centros maiores”.⁶⁹ Em razão disto gera-se, segundo conclusões do documento, uma “tensão nos padres não especializados diante de um mundo técnico especializado”.⁷⁰

Por isso os padres deveriam ter a capacidade de agir e se relacionar nesta sociedade que, como no caso catarinense das décadas de 1960-1980, vivia um processo de crescente urbanização. “O padre deve saber formular um juízo, deve saber posicionar-se e pronunciar-se frente aos acontecimentos do mundo e da vida. Para isso exige-se uma boa preparação intelectual”.⁷¹ Em razão disto, e também porque o padre seria um formador de opinião, seria um disseminador dos valores e normas da Igreja, ele deveria ser intelectualmente bem provido. Em Azambuja, portanto, esta característica será bastante evidente, como fica constatado na NORMAS E ORIENTAÇÕES dirigidas aos seminaristas: “Nosso horário prevê longo tempo para o estudo. Quem perturba o silêncio na sala de estudo incorre em falta grave, sendo responsável pelo prejuízo causado aos colegas”.⁷²

Levando-se em consideração que muitos dos seminaristas eram originários de cidades pequenas, do meio rural, a transformação cultural sofrida por eles exerceu forte impacto sobre suas vidas e sobre a vida das comunidades a que retornaram. “Se for levar em conta a consideração e elogios que se dão às pessoas que estudaram no

⁶⁸ Documentos Dos Presbíteros. CNBB – Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico. Rio de Janeiro, Julho de 1969. p. 126.

⁶⁹ Ibidem. p. 127.

⁷⁰ Ibidem. p. 129.

⁷¹ Normas e Orientações do Seminário Menor Metropolitano de Azambuja. Vigoraram entre as décadas de 1970 e 1980. Mimeografado. p. 6. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

⁷² Ibidem. p. 7.

Seminário, creio que devíamos ter mais Presidentes, Governadores, Prefeitos, Reitores, Ministros etc... ex- seminaristas”,⁷³ afirma o ex-seminarista Carlos Alberto Espíndola.

A metamorfose, na opinião de boa parte dos ex-seminaristas, não teria, portanto, resultado em “insetos monstruosos”, como no enredo de Kafka, mas em indivíduos com capacidades e habilidades diferenciadas, com bagagem cultural reconhecida socialmente. Neste caso, diferentemente do Colégio Catarinense, analisado por Dallabrida, que teria uma função de “reconversão” de capital econômico da elite que lá estudou em capital cultural, uma vez que “o curso secundário (...) convertia-se apenas em uma das etapas da ‘aprendizagem total’, caracterizada pela acumulação primitiva de capital escolar que habilitava o estudante aos cursos superiores e, conseqüentemente, a uma carreira profissional promissora”,⁷⁴ o Seminário de Azambuja, predominantemente, funcionou num processo inverso. Já que boa parte de seus alunos eram de famílias pouco abastadas o capital cultural lá adquirido pôde ser “reconvertido”, na maioria dos casos, em capital econômico e social. Era uma possibilidade de ascensão social.

Conclusão

Ao buscar entender o processo de descontinuidades e continuidades pelo qual passou o Seminário de Azambuja ao longo das décadas de 1960 a 1980; ao apontar processos de descontinuidades e continuidades por que passou a Igreja Católica de Santa Catarina, do Brasil e do mundo durante as décadas de 1960 e 1980, não se objetivou condenar ou defender o passado da Igreja Católica, não se pretendeu pôr no banco dos réus os responsáveis pela formação dos seminaristas ao longo deste período. Pretendeu-se sim, entender como se construíram determinadas verdades relacionadas ao modo de formação, ao tipo ideal de seminarista, de sacerdote.

Caso contrário estaríamos correndo o risco de julgarmos o passado com os critérios de “verdade” de nosso tempo. Pois “menos que julgar o passado, o historiador deve fazê-lo ser compreendido”.⁷⁵ Jean Delumeau, no prefácio de *O pecado e o medo*, afirma que sua obra deve ser entendida “mais no plano da constatação do que no de

⁷³ Entrevista com *Carlos Alberto Espíndola*, seminarista em Azambuja entre 1969 e 1975. Recebida por e-mail em 21 de dezembro de 2004 em prof.altamiro13123@ig.com.br.

⁷⁴ DALLABRIDA, Norberto. Op. Cit. p. 253.

⁷⁵ DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)*. Vol. I. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 14.

julgamento”.⁷⁶ Esta também foi a intenção deste trabalho. Constatar que a “verdade se produz e que é necessário descrever, analisar, as operações de sua formação”.⁷⁷

A intenção não foi “tornar visível a verdade do passado, mas de desvelar aquilo que tornou possível essa verdade, ou seja, mostrar as relações entre o constante jogo das interpretações e o regime racional, o paradigma, que rege as práticas discursivas”.⁷⁸ Por outro lado temos que admitir o fato de que a relação estabelecida entre o historiador e sua pesquisa, por mais que se busque a imparcialidade e a objetividade, nunca será totalmente “neutra”, “ausente” de qualquer subjetividade.

Este é um sonho que, supõe-se, superado. A neutralidade absoluta, o distanciamento total entre o objeto estudado e o historiador não existe. Assim como também não é aceitável a idéia de um racionalismo absoluto, pois como afirma Nietzsche, “‘estar consciente’ não se opõe de algum modo decisivo ao que é instintivo – em sua maior parte, o pensamento consciente de um filósofo é secretamente guiado e colocado em certas trilhas pelos seus instintos”.⁷⁹ De forma voluntária ou não, os historiadores, assim como qualquer cientista pesquisador, “se implicam na sua pesquisa e se engajam nas suas conclusões”.⁸⁰ Assim sendo, este artigo, dentro de seus limites, pretendeu

abordar o passado a partir de uma perspectiva que nos ajude a decifrar o presente, a rastrear continuidades obscuras por sua própria imediatez, e a determinar os processos de montagem das peças mestras, seus engates, para que servem e a quem, a que sistemas de poder estão ligados, como se transformam e disfarçam, como contribuem, enfim, para tornar possíveis nossas condições atuais de existência.⁸¹

⁷⁶ Ibidem. p. 7.

⁷⁷ CEZAR, Temístocles. Arqueologia do silêncio: passados 20 anos de sua morte, obra de Michel Foucault segue estimulando uma abordagem crítica da nossa sociedade. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 12 de junho de 2004, p. 15.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 11.

⁸⁰ DELUMEAU, Jean. Op. cit. p. 15.

⁸¹ VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. Op. Cit. p. 69.

REFERÊNCIAS

A guerra das batinas: Adulteração de documento final de conferência episcopal latino-americana provoca troca de acusações entre religiosos. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/>. Acesso em 31 de agosto de 2007.

ARQUIVO DE A ESPERANÇA. Encontro da AESA. **Revista A ESPERANÇA**, Ano 22, nº 2, 1975. Seminário de Azambuja, Brusque, SC.

ARQUIVO D. JAIME DE BARROS CÂMARA. **Normas e Orientações do Seminário Menor Metropolitano de Azambuja.** Vigoraram entre as décadas de 1970 e 1980. Mimeografado. Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

BESEN, José Artulino. **Seminário de Azambuja: 1927-2002.** Florianópolis: Colaboradores – AESA, 2002.

CARTA endereçada ao pai de um seminarista por parte do Reitor do Seminário de São Ludgero, Pe. Alfredo Junkes, datada de 05 de dezembro de 1956. Arquivo pessoal do autor.

Carta ao presidente do CELAM. Disponível em Agência de Informação Frei Tito para a América Latina Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=29010>. Acesso em 16 de novembro de 2007.

CEZAR, Temístocles. Arqueologia do silêncio: passados 20 anos de sua morte, obra de Michel Foucault segue estimulando uma abordagem crítica da nossa sociedade. **Diário Catarinense.** Florianópolis, 12 de junho de 2004.

CNBB. **Documentos Dos Presbíteros.** CNBB – Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico. Rio de Janeiro, Julho de 1969.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. História recente do catolicismo no Brasil: identidades em confronto. **Revista Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. 37, Ano 19, nº 1, p. 94, 2004.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república.** Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18).** Vol. I. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ENTREVISTA com **Carlos Alberto Espíndola**, seminarista em Azambuja entre 1969 e 1975. Recebida por e-mail em 21 de dezembro de 2004 em prof.altamiro13123@ig.com.br.

ENTREVISTA com **César Ronchi**, seminarista em Azambuja entre 1965 e 1970. Recebida por e-mail em 29 de abril de 2005 em mirokretzer@ibestvip.com.br

ENTREVISTA com **João Bosco Zimmermann**, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em mirokretzer@ibestvip.com.br

ENTREVISTA com **Waltamir Kulkamp**, seminarista em Azambuja entre 1964 e 1970. Recebida por e-mail em 09 de junho de 2005 em miro.k@ig.com.br.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GANDIN, Luis Armando. **Educação Libertadora**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GILLES, Kepel. **A revanche de Deus**. São Paulo: Siciliano, 1991

KRETZER, Altamiro Antônio. Formação sacerdotal, Seminário e práticas disciplinadoras. In. SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

MARINS, Pe. José. **A escola em missão**. São Paulo, 1962.

MARTELLI, Stefano (org.) **A religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995.

NEVES, Guilherme Pereira das. A modernidade nas aulas dos jesuítas. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, ano I, nº 10, p. 82, agosto de 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PADIN, D. Cândido. A presença educativa da Igreja na sociedade brasileira hoje: perspectivas. In.: Educação: exigências cristãs. **Estudos da CNBB**, nº 63, p. 7, 1992.

PETITAT, André. **Produção da escola – produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

SEMINÁRIO DE AZAMBUJA **Diário do Reitor**. Livro Tombo II, 1970-1987. p. 05, Brusque Santa Catarina.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, nº 6, p. 70. 1992.

VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

XI ASSEMBLÉIA DO EPISCOPADO BRASILEIRO. Vocações eclesásticas e Seminários. In.: Documentação Pastoral de Brasília. **Revista SEDOC**, julho de 1970.